



PROCESSO DE ESCOLHA DOS  
CONSELHEIROS TUTELARES DE  
SÃO JOÃO DO PARAÍSO - MG

2023

# INSTRUÇÕES

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES A SEGUIR:

1. Aguarde autorização do Fiscal para abrir o Caderno de Provas.
2. Após a autorização para o início da prova, confira-a, com a máxima atenção, observando se há algum defeito (de encadernação ou de impressão) que possa dificultar a sua compreensão. Este Caderno de Provas contém 9 (nove) páginas no total, da capa à contracapa.
3. A prova é composta por 30 (trinta) questões numeradas, de natureza objetiva (múltipla-escolha), com 4 (quatro) alternativas cada.
4. A prova deverá ser feita unicamente com caneta esferográfica de tinta azul.
5. As respostas às questões objetivas deverão ser assinaladas no Cartão-Resposta a ser entregue pelo Fiscal separadamente a este Caderno de Provas.
6. Lembre-se de que para cada questão objetiva há APENAS UMA resposta correta.
7. O Cartão-Resposta será o único documento considerado na correção.
8. O Caderno de Provas e o Cartão-Resposta estão identificados previamente pelo nome e documento de cada candidato.
9. A interpretação dos enunciados faz parte da aferição de conhecimentos. Não cabem, portanto, esclarecimentos de qualquer natureza sobre o seu teor.
10. Assine o Cartão-Resposta e o Caderno de Provas dentro do espaço reservado para isso.
11. Para preencher o Cartão-Resposta, observe o seguinte:
  - a. Preencha com um X a área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta.
  - b. Sua resposta não será considerada se:
    - i. houver marcação de duas ou mais opções;
    - ii. a área correspondente à resposta não estiver marcada;
    - iii. não houver opção assinalada;
    - iv. a marcação não estiver legível, ou houver dubiedade identificação da marcação.
12. Não haverá substituição deste Caderno de Provas e do Cartão-Resposta, parcial ou integralmente, devido a erro do candidato.
13. As folhas do Caderno de Provas não poderão ser separadas, em hipótese nenhuma.
14. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais. Qualquer divergência deverá ser imediatamente comunicada ao Fiscal.
15. Não será fornecido outro Cartão-Resposta, portanto, este documento não deverá ser rasurado, dobrado, amassado ou rasgado.
16. É proibido o uso de qualquer tipo de corretivo no Cartão-Resposta, esclarecendo-se que tal prática impedirá a análise correta da resposta dada, invalidando assim a referida resposta.
17. O candidato não poderá, durante o período de prova, portar arma, utilizar celular (ligado ou não), relógio de qualquer tipo, calculadora, câmera fotográfica, *pager*, notebook e/ou equipamento similar, ligados ou não, dicionário, apostila, livro, “dicas” ou qualquer outro material didático do mesmo gênero, boné, óculos escuros, protetores auriculares e outros.
18. O aparelho celular deverá permanecer desligado, com bateria retirada e guardado em local específico a ser indicado pelo Fiscal.
19. É vedado ao candidato ausentar-se da sala, após o início da prova, sem a companhia de um Fiscal.
20. Após o término da realização de sua prova, este Caderno de Provas e o Cartão-Resposta deverão ser devolvidos ao Fiscal. Caso o candidato finalize a prova após passados 2 (duas) horas de seu início, somente o Cartão-Resposta deverá ser devolvido, podendo o candidato permanecer com o Caderno de Provas.
21. Ao final da prova escrita, os 3 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala. Caso algum desses candidatos termine a prova antes, deverá permanecer na sala até a entrega da prova pelo último candidato.

**BOA PROVA!**



## CONSTITUIÇÃO FEDERAL

1. Segundo o art. 206 da Constituição Federal, o ensino no país será ministrado com base em alguns princípios. Nesse sentido, analise as afirmações a seguir e classifique-as como verdadeiras (V) ou falsas (F). Em seguida, marque a alternativa que contenha a sequência correta:

- I. igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
  - II. liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
  - III. gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
  - IV. ensino confessional fundamentado exclusivamente na religião oficial do país.
  - V. garantia de padrão de qualidade.
- a) V, V, V, F, V
  - b) V, F, V, F, V
  - c) F, F, V, F, V
  - d) V, V, F, V, F

2. O Capítulo III do Título VIII da Constituição Federal prevê normas relacionadas à ordem social. Analise as alternativas abaixo e escolha aquela que **NÃO** se refere aos objetivos da educação, prevista no art. 205 como direito de todos e dever do Estado e da família:

- a) Pleno desenvolvimento da pessoa
- b) Preparo para o exercício da cidadania
- c) Qualificação para o trabalho
- d) Responsabilidade correcional e punitiva de menores infratores

## ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3. Da apuração de ato infracional atribuído a adolescente, o ECA define que “*o adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.*” Em caso de flagrante de ato infracional cometido mediante violência ou grave ameaça à pessoa, a autoridade policial **NÃO** deverá:

- a) Lavrar auto de apreensão, ouvidas as testemunhas e o adolescente.
- b) Apreender o produto e os instrumentos da infração.
- c) Requisitar os exames ou perícias necessários

à comprovação da materialidade e autoria.

- d) Requisitar a presença do Conselho Tutelar para acompanhar e responsabilizar-se pelo adolescente.

4. Exerce atividades incompatíveis com suas atribuições legais o Conselheiro Tutelar que:

- a) Aplica, ao adolescente, medida socioeducativa de inserção em regime de semi-liberdade.
- b) Aplica medida de advertência a pais ou responsável.
- c) Aplica medida de proteção à criança autora de ato infracional.
- d) Encaminha os pais a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família.

5. O artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a natureza do Conselho Tutelar. Nesse sentido, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) O Conselho Tutelar é órgão transitivo e submisso ao Poder Executivo, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da sociedade.
- c) O Conselho Tutelar é órgão provisório encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) O Conselho Tutelar é órgão temporário, submisso ao Poder Executivo e legislativo para zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

6. O exercício da função de conselheiro tutelar é considerado serviço público relevante e possui, dentre suas atribuições, ações que contribuem para garantia e efetivação do direito da criança e do adolescente. Assinale a alternativa que **NÃO** condiz com essas atribuições:

- a) Representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.
- b) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente, quando necessário.



- c) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- d) Representar ao Ministério Público e determiná-lo a perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

7. Os autores dos crimes contra a criança e o adolescente previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente incorrem em pena de reclusão ou detenção; e os autores de infrações administrativas incorrem em multa e outras penas. A respeito do exposto, considera-se infração administrativa:

- a) Aliciar, assediar, instigar ou constranger, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso.
- b) Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.
- c) Produzir, reproduzir, dirigir, fotografar, filmar ou registrar, cena de sexo explícito ou pornográfica, envolvendo criança ou adolescente.
- d) Subtrair criança ou adolescente ao poder de quem o tem sob sua guarda, com o fim de colocação em lar substituto.

8. Com base no art. 81 da Lei nº 8069/1990, é PERMITIDA a venda à criança ou ao adolescente de:

- a) Fogos de estampido e de artifício
- b) Bebidas alcoólicas e produtos que possam causar dependência física ou psíquica
- c) Artefatos que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida
- d) Bilhetes lotéricos e equivalentes

9. Das medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis estabelecidas no art. 129 do ECA, determine qual a alternativa apresenta o que NÃO é uma dessas medidas:

- a) Perda da guarda.
- b) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- c) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado

- d) Obrigação de apresentar vínculo trabalhista, com registro em CLT, no prazo máximo de 120 dias.

10. O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 25, define o conceito de “família natural”, que é a comunidade formada por:

- a) Pai e/ou mãe, avós, irmãos e tios
- b) Pai e/ou mãe e seus descendentes
- c) Avós, irmãos, tios e primos
- d) Pai e/ou mãe, avós e padrinhos

11. Assinale a opção que completa corretamente o teor do art. 80 do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca, ou casas de jogos e apostas, cuidarão para que não seja permitida a \_\_\_\_\_, afixando aviso para orientação do público.”

- a) entrada e permanência de crianças menores de 10 anos no local
- b) entrada e a permanência de crianças e adolescentes no local
- c) entrada e permanência de crianças menores de 07 anos no local
- d) entrada e permanência de adolescentes no local

12. O Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 93 estabelece que: “As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter \_\_\_\_\_ e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até \_\_\_\_\_ ao \_\_\_\_\_, sob pena de responsabilidade”.

Indique a alternativa que completa corretamente as lacunas do texto:

- a) Duradouro, 12 (doze) dias úteis, CRAS ou CREAS
- b) Decisivo, 24 (vinte e quatro) horas, Conselho Tutelar
- c) Excepcional, 24 (vinte e quatro) horas, Juiz da Infância e da Juventude
- d) Definitivo, 5 (cinco) dias, Conselho Tutelar

13. “A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro



*pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.” Assinale a alternativa que completa o texto de acordo com o parágrafo único do artigo 18-A do ECA. Considere-se castigo físico: “ação de natureza disciplinar ou punitiva aplicada com o uso da força física sobre a criança ou o adolescente que resulte em \_\_\_\_\_”.*

- a) sofrimento físico ou lesão
- b) violência psicológica
- c) estresse
- d) depressão

**14.** Escolha a alternativa que complete o texto: “*Art. 75. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária. Parágrafo único. As crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição \_\_\_\_\_.*”

- a) quando acompanhadas dos pais ou responsável
- b) até as 03 horas da manhã
- c) até as 02 horas da manhã
- d) até as 05 horas da manhã

**15.** Indique a qual órgão os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental, envolvendo os alunos, deverão comunicar os casos de: maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; elevados níveis de repetência.

- a) CMDCA
- b) Vigilância Epidemiológica
- c) Conselho Tutelar
- d) Secretaria de Saúde

**16.** Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente o que é considerado ato infracional?

- a) Ato de indisciplina escolar e mau comportamento
- b) A conduta descrita como crime ou contravenção penal
- c) Ato praticado por criança e adolescente que gere consequências apenas para si mesmos
- d) Crime praticado por adultos contra crianças ou adolescentes

**17.** O Conselho Tutelar requisita serviço público na área da saúde pedindo providências e atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados. Quando esta requisição não é atendida e nem justificada, a quem o Conselho Tutelar deve representar o caso?

- a) Secretaria de Educação
- b) Câmara Municipal
- c) Juiz da Vara da Infância e Juventude
- d) Secretaria de Assistência Social

## CONSELHO TUTELAR: PERGUNTAS E RESPOSTAS

**18.** Segundo a cartilha Conselho Tutelar – Perguntas e Respostas do Ministério Público de Minas Gerais, o Conselho Tutelar pode ser acionado pela escola quando há suspeita ou detecção de situações de risco envolvendo seus alunos (violência, abandono, ofensa sexual, maus-tratos)?

- a) Não, pois os dirigentes dos estabelecimentos de ensino são obrigados a manter sigilo sobre os fatos relacionados a seus alunos.
- b) Não, pois os estabelecimentos de ensino não tem competência técnica para apurar a veracidade da ocorrência de situações de violação de direitos contra seus alunos.
- c) Sim, pois os dirigentes dos estabelecimentos de ensino são obrigados a comunicar o fato ao Conselho Tutelar, que adotará as providências para apurá-lo, sob pena de configurar infração administrativa.
- d) Não, pois o professor ou o responsável pelo estabelecimento de ensino não pode violar o sigilo de informações dos seus alunos.

**19.** Com relação às vedações aos conselheiros tutelares, identifique qual afirmação é **FALSA**:

- a) É vedado ao conselheiro tutelar receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza.
- b) É vedado ao conselheiro tutelar utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária, salvo para a administração local mediante contrato específico.
- c) É vedado ao conselheiro tutelar ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligência ou por necessidade do serviço.
- d) É vedado ao conselheiro tutelar exercer



atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

20. A cartilha Conselho Tutelar - Perguntas e Respostas, do Ministério Público de Minas Gerais, menciona o Guia Prático do Conselheiro Tutelar, publicado pelo Ministério Público do Estado de Goiás. Nesse sentido, o texto traz um detalhamento sobre “Como Identificar Ameaças e Violação de Direitos?” através da verificação da real situação de risco pessoal e social de crianças e adolescentes. Nesse sentido, relacione o quadro 01 ao quadro 02, identificando como ocorre cada tipo de ameaça ou violação de direitos e, em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:

#### Quadro 01

1. AMEAÇA OU VIOLAÇÃO por ação ou omissão da sociedade e do Estado.
2. AMEAÇA OU VIOLAÇÃO por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsáveis.
3. AMEAÇA OU VIOLAÇÃO em razão da própria conduta da criança ou do adolescente.

#### Quadro 02

\_\_ quando crianças e adolescentes se encontram em condições de ameaça ou violação dos direitos de sua cidadania por iniciativa própria ou envolvimento com terceiros.

\_\_ por abandono: desamparo, desproteção.

\_\_ quando o Estado ou a sociedade não assegura os direitos fundamentais da criança e do adolescente ou não oferece proteção aos direitos infante-juvenis.

\_\_ por negligência: desleixo, menosprezo.

- a) 2, 2, 1, 3
- b) 3, 1, 1, 3
- c) 2, 2, 1, 2
- d) 3, 2, 1, 2

21. Escolha a alternativa que contenha as expressões que preencha as lacunas do seguinte texto, constante na Cartilha Conselho Tutelar - Perguntas e Respostas do Ministério Público de Minas Gerais: “O Conselho Tutelar possui a característica de ser órgão \_\_\_\_, devendo suas deliberações ser provenientes de manifestação da maioria ou da unanimidade dos seus membros, conforme dispuser a lei municipal ou regimento interno. Para tanto, é \_\_\_\_ que os conselheiros tutelares se reúnam, \_\_\_\_, a fim de

\_\_\_\_ sobre as providências a serem tomadas em relação às questões que estão sob sua apuração.”

- a) Colegiado, imprescindível, em assembleia, deliberar
- b) Autônomo, desnecessário, ocasionalmente, deliberar
- c) Colegiado, dispensável, em audiência pública, discutir
- d) Autônomo, imprescindível, ocasionalmente, divergir.

### RESOLUÇÃO 231/2022 DO CONANDA

22. A Resolução CONANDA nº 231/2022 dispõe sobre o processo de escolha para os membros do Conselho Tutelar. Em se tratando da campanha eleitoral marque a opção que contém informações **INCORRETAS**:

- a) É responsabilidade dos candidatos os excessos praticados por seus apoiadores na propaganda eleitoral.
- b) A campanha poderá ser realizada com a constituição de chapas, desde que haja a indicação do presidente e vice.
- c) Os candidatos poderão promover as suas candidaturas por meio de divulgação na internet.
- d) A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após publicação da relação final dos candidatos habilitados.

23. Nos termos do disposto no art. 21 da Resolução CONANDA nº 231/2022, as decisões do Conselho Tutelar a serem tomadas para cada caso, deverão:

- a) Ser motivadas e comunicadas aos interessados por meio de mensagens em aplicativos de comunicação instantânea ou outras formas de comunicação, ainda que a terceiros.
- b) Ser registradas no SIPIA apenas quando não localizado o interessado para sua comunicação.
- c) Ser publicada integralmente no site da Prefeitura para intimação do interessado que não foi localizado.
- d) Ser tomadas pelo colegiado, e ratificadas ou retificadas por este, quando forem tomadas individualmente durante os plantões em caráter emergencial.



24. A Em discordando das decisões do Conselho Tutelar, qual a autoridade competente pode rever as decisões tomadas?

- a) O Prefeito municipal, por provocação de quaisquer interessados ou da sociedade.
- b) Somente a autoridade judiciária mediante provocação da parte interessada.
- c) Qualquer membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- d) A Secretária Municipal de Assistência Social e equipe técnica do CRAS e CREAS.

25. No dia 01 de outubro de 2023, dia da eleição, parte do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar, é permitido aos candidatos:

- a) Distribuição de distribuição de material de propaganda, ou manifestação que influencie na vontade do eleitor.
- b) Realizar o transporte dos eleitores.
- c) Uso de alto-falantes e amplificadores de som, ou realização de carreatas.
- d) Manifestação individual e silenciosa, como a utilização de broches e adesivos.

26. Sobre o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, é correto afirmar que:

- a) É obrigatório apenas o registro dos atendimentos que foram encaminhados aos demais órgãos da rede de atendimento à criança e ao adolescente.
- b) A utilização do SIPIA é opcional, desde que haja o registro físico em prontuário na sede do Conselho Tutelar.
- c) Cabe ao CMDCA decidir sobre a obrigatoriedade ou não da implementação e utilização do SIPIA pelo Conselho Tutelar.
- d) O registro de todos os atendimentos e adoção de medidas de proteção, encaminhamentos e acompanhamento no SIPIA é obrigatório, sob pena de falta funcional

27. Para exercer suas atribuições integralmente, o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente em alguns locais. Das afirmações a seguir, assinale aquela que aponta INCORRETAMENTE o disposto sobre o tema na Resolução 231/2022 do Conanda:

- a) nas salas e dependências das delegacias e demais órgãos de segurança pública, somente mediante autorização judicial.
- b) nas entidades de atendimento nas quais se

encontrem crianças e adolescentes.

- c) em qualquer recinto público que se encontrem crianças e adolescentes.
- d) em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

28. As decisões a ser tomadas pelo Conselho Tutelar deverão ser:

- a) Tomadas pelo seu colegiado e comunicadas informalmente aos interessados por mensagem no Whatsapp, no prazo máximo de 6 meses, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio na sede do Conselho Tutelar.
- b) Tomadas individualmente e comunicadas por recado enviado aos interessados, imediatamente, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio na sede do Conselho Tutelar.
- c) Tomadas pelo seu colegiado e comunicadas pela Polícia Militar aos interessados por meio de visita domiciliar, no prazo máximo de 5 dias, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio na sede do Conselho Tutelar.
- d) Tomadas pelo seu colegiado e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio na sede do Conselho Tutelar.

## LEI MUNICIPAL Nº 380/2023

29. Segundo a Lei Municipal nº 380/2023, qual das alternativas a seguir constitui-se como requisito para se concorrer ao cargo de conselheiro tutelar?

- a) Residir no município há mais de doze meses.
- b) Idade superior a dezoito anos.
- c) Possuir idoneidade penal.
- d) Ter concluído o ensino médio.

30. Conforme dispõe a Lei Municipal nº 380/2023, é **CORRETO** afirmar que:

- a) O Conselho Tutelar deverá funcionar de segunda a sexta-feira no horário ininterrupto das 8h às 17h.
- b) Além do horário de expediente, haverá escala de sobreaviso durante o horário noturno nos dias da semana e somente durante o dia nos finais de semana e feriados.



- c) Os conselheiros tutelares em regime de plantão serão acionados preferencialmente por meio de mensagem de e-mail.
- d) O Conselheiro Tutelar estará sujeito a regime de dedicação integral, sendo-lhe garantido o pagamento a título de horas extras ou assemelhados.





**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE DE SÃO JOÃO DO PARAÍSO – MG**

**PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DO  
CONSELHO TUTELAR**

**MANDATO 2024/2028**

**18 de junho de 2023  
São João do Paraíso - MG**